

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Recuos de Bolsonaro e samba do Ernesto	2
Título: Equipe recomenda privatização só da Eletrobras.....	4
Título: Presidente eleito vai receber 678 obras paradas no país.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: O que está em jogo na revisão da cessão onerosa	6
Título: Hoje é o Dia Nacional da Amazônia Azul	8
Título: Com um terço dos projetos eólicos do País, Casa dos Ventos aposta no mercado livre	10
Título: Mudanças no Repetro podem 'inflar' investimentos	12
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: RenovaBio: um compromisso brasileiro com o futuro	13
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Destaques	14
Título: Mineradoras criam plano para investir em start ups	15
Título: TPI muda visão sobre Tijóá após melhora da concessão.....	16
Título: Economia global está perto de fim deste ciclo, diz BlackRock	18

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 16/11/2018**Seção:** Colunas**Autor:** Reinaldo Azevedo**Título:** Recuos de Bolsonaro e samba do Ernesto

Presidente eleito acerta quando recua e erra quando avança

Jornalista, autor de "O País dos Petralhas"

Sou fã dos recuos de Jair Bolsonaro. Até agora, eu os defendi a todos, sem exceção, antes mesmo que o presidente eleito voltasse atrás. Fusão da Agricultura com o Meio Ambiente? Bobagem. Insistir numa reformada Previdência ainda neste ano? Bobagem. Extinguir o Ministério do Trabalho agora? Bobagem. Transferir universidades para o Ministério da Ciência e Tecnologia? Bobagem. O problema não está em mudar de ideia. Preocupante é não ter ideia do que fazer.

Os tais mercados, por enquanto, se divertem fazendo de conta que política não existe. E que as regras podem ser livremente governadas pela vontade. Em reunião do futuro presidente com governadores eleitos, anunciou-se a intenção de Paulo Guedes de dividir com os estados e municípios parte dos recursos do leilão do pré-sal, que poderia render de R\$100 bilhões a R\$ 130 bilhões.

É a velha engenhoca da "política de governadores", ineficaz com a Constituição que temos. Sem ajustes severos nos estados, a grana do petróleo pode fechar um rombo aqui, outro ali, e tudo seguirá na mesma. Vai ser preciso renegociar, de novo, as dívidas. No Congresso.

Junto com a crise nos estados, bate á porta a reforma da Previdência—esta, sim, considerada a mãe do sucesso ou insucesso, junto aos mercados, da gestão Bolsonaro. O problema, e o presidente eleito já o percebeu, é que o endosso dessa crítica especializada, sem efeito nas umas, não coincide com apoio popular. E ainda está para ser inventada mudança nessa área que seja popular.

Uma pergunta: Bolsonaro correria o risco de ver esmorecer o entusiasmo com o "mito" para fazer a coisa certa? Há um "gap", ou "delay" de entendimento, entre as potenciais medidas liberalizantes de Guedes e seus efeitos positivos para a

população. Esse descompasso costuma resultar em mau humor dos pobres e remediados.

Bolsonaro tem Donald Trump como seu mito privado, não Margaret Thatcher. Apontem aí que reforma drástica o presidente dos EUA teve de fazer. Exceção á do discurso, nenhuma! Deu-se até a licença para liberar as forças do ódio, que alguns celerados chamam de "defesa do Ocidente" Com um pouco menos de impostos. A economia que herdou lhe permitiu as momices do populismo de direita. Não é o caso de Bolsonaro, um populista de direita sem dinheiro.

Não existe economia virtuosa, por mais talentosa que seja a equipe que cuida do assunto, com uma administração que pode entrar em colapso. A ligeireza com que se trata a gestão também se verifica no discurso, com repercussões negativas, antes mesmo da posse, na China, no Mercosul e o mais recente efeito da falta de modos pode resultar numa debandada dos médicos cubanos.

Nem eu nem Bolsonaro gostamos do castrismo. Mas é preciso pôr na conta nossos barrigudinhos. Os problemas do "Mais Médicos", e eles existem, não têm como ser corrigidos com menos médicos para os pobres. Entenderam o ponto? Por enquanto, o que se tem é uma loquacidade contraproducente.

Caso exemplar desses dias é a resposta que o presidente eleito deu ao que considera um Itamaraty ineficiente. Prometeu para a pasta um chanceler que daria prioridade aos negócios, não à ideologia. O escolhido é Ernesto Araújo.

O futuro ministro diz de si mesmo: "Quero ajudar o Brasil e o mundo (sic) a se libertarem da ideologia globalista (...). A globalização econômica passou a ser pilotada pelo marxismo cultural (...). A fé em cristo significa hoje lutar contra o globalismo".

No ensaio "Trump e o Ocidente" em que trata o presidente americano como salvador e a ONU como expressão de uma era que tem de chegar ao fim, Ernesto escreve: "O presidente Trump propõe uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais." Vamos vituperar contra o Unicef e celebrar a caça ao urso na Virgínia.

Um dos momentos marcantes desse resgate, segundo o futuro ministro, que acredita na existência de um "Deus de Trump", é um discurso que o presidente americano fez numa Polônia cujo establishment se identifica com extrema direita nacionalista. Parece-me que o samba do Ernesto dá prioridade á ideologia, não aos negócios. Clóvis Rossi foi ao ponto: é o Cabo Daciolo com alguns livros a mais.

Se Bolsonaro mudar de ideia, aplaudo outra vez. Ele acerta quando recua e erra quando avança.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Equipe recomenda privatização só da Eletrobras

A equipe de Michel Temer recomendou ao presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), apenas uma privatização: da Eletrobras e de suas distribuidoras.

É o único projeto de venda de estatal mencionado diretamente no relatório “Transição de Governo 2018-2019 - Informações Estratégicas”, preparado pela atual gestão.

Em relação às demais estatais federais, o governo ressalta a “oportunidade de avaliar medidas de reestruturação”, como incorporar empresas dependentes do Tesouro Nacional a outros órgãos públicos.

No entanto, as ações sugeridas ao novo governo vão na linha de garantir a sustentabilidade econômico-financeira das companhias públicas, com cortes de funcionários e melhorias de gestão.

A recomendação traz algumas divergências em relação aos planos de Bolsonaro.

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, tem defendido um programa amplo de venda e extinção de estatais, com objetivo de pagar a dívida pública do país.

Dentro desse programa, justamente a Eletrobras tem grandes chances de ser uma exceção: o futuro presidente já manifestou que não quer privatizar totalmente a empresa de energia, principalmente seus ativos de geração, que seriam estratégicos para o Brasil.

No relatório de transição, a equipe de Temer destaca os benefícios de privatizar a estatal — em um capítulo exclusivo ao tema, que ocupa dez das 176 páginas do documento.

“No curto prazo, de 2019, [a privatização] teria impactos fiscais positivos da ordem de R\$ 12 bilhões a R\$ 14 bilhões, segundo estimativas preliminares. No médio prazo, implica recuperar a capacidade de a empresa investir no setor de energia competitivamente”, diz o documento.

A equipe também detalhou as medidas necessárias para realizar a venda, como a aprovação, no Congresso Nacional, de um projeto de lei.

O relatório também traz informações sobre as distribuidoras da estatal.

O atual governo já conseguiu vender a maior parte dessas empresas, mas ainda restam duas (em Alagoas e no Amazonas) cujos leilões não ocorreram e podem seguir pendentes até o próximo ano.

Em relação às demais estatais federais a recomendação principal é reduzir o volume de recursos aportados nas companhias.

Das 138 empresas do governo federal, 47 são controladas totalmente pela União. Destas, 18 são dependentes do Tesouro Nacional —que destinou, em 2017, R\$ 14,6 bilhões para pagar suas despesas com pessoal e custeio.

Até mesmo entre as estatais não dependentes, há necessidade de aporte. Ao menos 15 delas apresentaram geração de caixa negativa nos últimos três exercícios financeiros.

Apesar da grave situação, o relatório não sugere a privatização de nenhuma delas.

O caso de duas estatais é mencionado: dos Correios e da Infraero.

Em relação a essas empresas, há recomendações para manter programas de demissão de funcionários, acelerar parcerias com setor privado, reestruturar ativos e alienar participações acionárias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Presidente eleito vai receber 678 obras paradas no país

Ao assumir a Presidência, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) encontrará ao menos 678 obras prioritárias ao país paralisadas, segundo documento de transição elaborado pela atual gestão Michel Temer.

São obras relativamente menores, cujo valor unitário varia entre R\$ 500 mil e R\$ 10 milhões, em diferentes áreas. Elas incluem creches, redes de saneamento básico, unidades de atendimento de saúde, entre outras.

Em junho de 2016, quando Temer assumiu, o número identificado foi maior: 1.600 empreendimentos parados.

Nos últimos anos, o governo diz ter conseguido retomar 922 deles, dos quais 255 foram concluídos.

Os principais problemas identificados nesses projetos eram problemas técnicos (31%) e dificuldades orçamentárias (16%).

O levantamento, presente no relatório de transição de governo, não leva em consideração grandes obras paradas, como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a transposição do Rio São Francisco e a usina nuclear de Angra 3, por exemplo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: O que está em jogo na revisão da cessão onerosa

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, decidiu, afinal, colocar em votação o projeto de revisão do acordo de cessão onerosa entre a União e a Petrobrás. Promete que, na próxima semana, o texto estará aprovado. Se isso acontecer, será dado passo importante para destravar a exploração de petróleo no Brasil e para resgatar boa parte do passivo da Petrobrás (veja gráfico). Antes dos finais, a recapitulação dos antecedentes para quem não acompanha o assunto de perto. O acordo de cessão onerosa foi o instrumento jurídico que garantiu a subscrição da parcela do Tesouro no aumento do capital da Petrobrás em 2010. Diante da falta de recursos, o Tesouro repassou para a Petrobrás 5 bilhões de barris de petróleo que ainda estavam no chão, em algumas áreas do pré-sal.

Para efeito dessa operação, foi estipulado o preço de US\$ 8,51 por barril, a ser revisado quando do início da produção nas áreas, em 2016. Na ocasião, a Petrobrás adiantou a parcela do Tesouro de R\$ 74,8 bilhões. De lá para cá, aconteceram três coisas: (1) os preços do petróleo que estavam em torno dos US\$ 100 por barril por ocasião da assinatura do contrato de cessão onerosa desabaram para os atuais US\$ 66; (2) em vez dos 5 bilhões de barris, as áreas reservadas revelaram bem mais, alguma coisa entre 11 bilhões e 22 bilhões de barris; e (3) a Petrobrás foi tão saqueada no período que perdeu capacidade de investimento e precisa vender participações para outros interessados. Depois de muito tempo de negociação a respeito da revisão do preço do petróleo ainda

no chão, a conclusão mais provável, ainda dependente de decisão final, é a de que a Petrobrás tem um crédito a receber do Tesouro.

O volume desse crédito é uma incógnita. É provável que as discussões já tenham chegado a um acordo e que sua divulgação só esteja esperando a lei de revisão dos termos da cessão onerosa. Há quem imagine que esse crédito não passe de uns US\$ 10 bilhões. Outros apostam em mais de US\$ 30 bilhões. Como o Tesouro continua na pindaíba, o pagamento desse crédito teria de ser, outra vez, em petróleo, e não em dinheiro. A Petrobrás, por sua vez, suspendeu a exploração desse petróleo por não ter decisão a respeito do que acontecerá com o excedente. Não iria ela despejar uma dinheirama na área, em instalações, infraestrutura e tudo o mais, sem saber como e quem exploraria esse petróleo extra. A intenção do governo é abrir novo leilão de vendas, cuja receita em outorgas, apontam estimativas, deve ultrapassar os R\$ 100 bilhões. O projeto de revisão do contrato de cessão onerosa prevê que a Petrobrás possa vender até 70% dos direitos de exploração da área de cessão onerosa.

Abre caminho para leilão do excedente em regime de partilha e autoriza a Petrobrás a repassar o que tiver a receber de crédito em petróleo e, assim, usar os recursos para abater sua dívida. O projeto de lei foi aprovado na Câmara em abril, mas emperrou no Senado, aparentemente por questões políticas. De olho no resultado do leilão, os Estados querem uma participação. Essa participação foi, em princípio, admitida pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. Mas não foram revelados números. O fato é que essas negociações tiraram esse projeto de lei da gaveta. A oposição, especialmente o PT, é contra sua aprovação por motivos ideológicos. Entende que aceitar a entregar fatias do pré-sal a empresas estrangeiras é repassar riquezas genuinamente nacionais.

Mas não considera que, se deixar tudo para a Petrobrás, a falta de recursos obrigaria a adiar indefinidamente a produção. O fator decisivo para desconsiderar as mumunhas da oposição é a situação falimentar dos Estados que receberiam com grande alívio os royalties que provierem dessa produção de petróleo. Dá para imaginar que o início do desenvolvimento dessa superárea de petróleo com a participação de outras empresas do setor vai produzir várias centenas de bilhões de dólares em investimentos e encomendas de equipamentos e materiais. E tudo isso gerará empregos. Nessa matéria não cabe vacilação. A partir de 2040, a era do petróleo estará inexoravelmente em declínio.

Os países que não se habilitarem a produzir o quanto antes correm o risco de deixar enormes riquezas definitivamente enterradas no subsolo. E é bom ter em conta que entre a descoberta de uma boa jazida e o início da produção são necessários de seis a oito anos em desenvolvimento e investimentos em equipamentos e infraestrutura.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/11/2018****Seção: Espaço aberto****Autor: Ilques Barbosa Junior****Título: Hoje é o Dia Nacional da Amazônia Azul**

A importância dos oceanos vem sendo constatada à medida que é ampliado o conhecimento sobre os imensos espaços marítimos. Desde os primórdios da civilização, os oceanos, origem da vida e que constituem mais de 70% da superfície do planeta, se caracterizam por desafios complexos e interdependentes. De início, ambiente de ousadas epopeias, onde marinheiros cruzavam os lares de seres míticos, viram, ao longo dos séculos, os avanços tecnológicos levarem a sociedade a novos limites científicos, culturais, econômicos e políticos.

Viagens ao desconhecido foram substituídas por navegações precisas, em que a tecnologia passou a ser uma grande aliada. A navegação, antes baseada nos astros e estrelas, foi complementada por radares, redes de satélites e equipamentos que permitem a troca de informações entre diversos navios, sistemas de segurança da navegação e de salvaguarda da vida humana no mar. Esses avanços tornaram a navegação mais segura e a principal via de intercâmbio mercantil do mundo.

Os oceanos são dos maiores recursos naturais da humanidade. São fonte de alimentos, transporte, turismo, petróleo, gás, energias renováveis e, cada vez mais, da biotecnologia "azul". Têm ilimitadas capacidades para emprego em proveito da saúde, na produção de fármacos, dentre outras atividades. São, ainda, responsáveis pela maior parte da absorção do CO₂, essencial para a sobrevivência dos seres humanos, e pela redução dos impactos das alterações climáticas.

Em decorrência dessas características, as nações vêm buscando a preservação do meio ambiente marinho. Há algum tempo e de forma progressiva, a governança dos oceanos evolui de magnitude entre as preocupações da comunidade internacional, sendo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar a primeira resposta da ONU para se apontar um regime de excelência no ordenamento do uso compartilhado dos mares e de suas riquezas.

Em 1992, considerando o protagonismo dos oceanos, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Rio 92, foi estabelecido o Dia Mundial dos Oceanos. Comemorado em 8 de junho, visa, principalmente, a alertar sobre a importância e o impacto dos oceanos no planeta. Em 2018, o tema escolhido para celebrar essa data foi "Prevenir a poluição plástica e encorajar soluções para um oceano saudável".

Em dezembro de 2017, a Unesco instituiu o período de 2021 a 2030 como a década para o desenvolvimento sustentável da Ciência nos Oceanos, com o intuito de incrementar a coordenação e cooperação em pesquisas e programas científicos, para o melhor gerenciamento dos mares e zonas costeiras, reduzindo os riscos das atividades marítimas. A Marinha do Brasil trabalha em busca da conscientização dos brasileiros sobre a importância política, estratégica, econômica e ambiental do nosso território marítimo.

Nesse sentido, temos a Amazônia Azul, para, em analogia com os recursos da floresta amazônica, representar sua equivalência com a área marítima. A Amazônia Azul é um conceito político- estratégico-ambiental, que insere os espaços marítimos e ribeirinhos nos destinos do Brasil, orientando o desenvolvimento nacional, na medida em que vai ao encontro dos anseios de prosperidade da nossa sociedade, destacando o Brasil na vanguarda da preservação e do uso sustentável dos mares e rios.

Ademais, evidencia a nossa vocação marítima, confirmada pelos fatos históricos que nos associam ao mar e às hidrovias. Por eles o Brasil foi descoberto, teve sua independência consolidada e fronteiras fixadas, garantindo a integridade territorial continental. No mar, o Brasil fez-se presente nas duas grandes guerras, garantindo os anseios dos brasileiros com os destinos democráticos mundiais. Alinhada aos princípios constitucionais que norteiam a política externa, e sob a orientação dos documentos da defesa nacional, a Marinha do Brasil continua investindo no aperfeiçoamento de uma segurança marítima cooperativa, com foco na área do Atlântico Sul.

Pelas riquezas da biodiversidade e geodiversidade, bem como das fontes de energia que os oceanos proporcionam, esses espaços constituem verdadeiro patrimônio da sociedade brasileira, a serem explorados de forma sustentável no presente, bem como preservados e protegidos para as gerações futuras. Por outro ponto de vista, existe a necessidade de conhecermos essa vasta área, razão pelo qual o desenvolvimento de pesquisas é incentivado e apoiado por todos nós, marinheiros.

O Dia Nacional da Amazônia Azul, instituído por iniciativa da Marinha e regulamentado pela Lei n.º 13.187, é comemorado no dia 16 de novembro, mesmo dia que entrou em vigor a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito

do Mar, representa a homenagem da Nação brasileira ao mar que nos pertence. A Marinha do Brasil cuida dos 4,5 milhões de km² que compõem as Águas Jurisdicionais Brasileiras, investindo na modernização e qualificação do poder naval, esforço que pode ser exemplificado pelo Programa de Desenvolvimento de Submarinos, pelo Programa Nuclear da Marinha e pelo de construção das corvetas classe Tamandaré, além da recente aquisição de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Novos meios, que serão nossos olhos, salvaguardando 95% do comércio exterior brasileiro, 91% da extração de petróleo e 73% do gás natural e cabos submarinos de comunicações, nossos ativos nacionais vitais. Em síntese, a Amazônia Azul é a parcela dos oceanos sobre a qual temos responsabilidades e direitos, além do dever de garantir os interesses nacionais. Cabe aos brasileiros preservar e proteger esse patrimônio e prover o usufruto de seus recursos de forma sustentável, promovendo o progresso do Brasil. "O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever!" (mensagem do almirante Barroso, durante a Batalha Naval do Riachuelo, na Guerra do Paraguai).

ALMIRANTE DE ESQUADRA, CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/11/2018

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Com um terço dos projetos eólicos do País, Casa dos Ventos aposta no mercado livre

Novo ciclo. Criada pelo ex-dono da montadora de jipes Troller, empresa virou referência no desenvolvimento de projetos de energia eólica no Brasil; após vender cinco complexos, a companhia tem planos de tornar seus parques híbridos, com geração solar

Foi quase por um acaso que o empresário Mario Araripe, ex-dono da Troller, estreou no setor de energia eólica. Em 2006, depois de vender a montadora para a Ford, o cearense decidiu seguir o conselho de um amigo do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) para dar uma espiada no potencial dos ventos no Brasil. Com dinheiro em caixa e tempo livre, ele começou a estudar o assunto. Em pouco tempo, tinha criado a Casa dos Ventos, empresa que hoje é responsável pelo desenvolvimento de um terço dos projetos eólicos em operação e em construção no País. Isso representa 6 mil megawatts (MW) dos 18 mil MW que o Brasil terá até 2024 – atualmente são 14 mil MW instalados – números que colocaram Araripe entre os mais ricos do Brasil, segundo a revista

Forbes. A empresa tem ainda um portfólio de 16 mil MW em projetos, que poderão virar realidade nos próximos anos e render ainda mais lucros para o empresário.

Segundo o diretor de projetos e novos negócios da Casa dos Ventos, Lucas Araripe, filho de Mario, a empresa tem apostado num novo ciclo de crescimento baseado especialmente em soluções para os consumidores no mercado livre e na autoprodução de energia. Na prática, isso significa produzir e negociar a energia diretamente com o consumidor; ou ter um sócio que vai consumir a energia gerada. Atualmente a companhia trabalha com o projeto de duas usinas na Bahia e no Rio Grande do Norte, que serão destinados ao mercado livre. Previstas para entrar em operação em 2020 e 2021, as plantas – com capacidade instalada de 600 MW – devem ser construídas em parceria com empresas e consórcios, diz Lucas. “Estamos desenhando estruturas de autoprodução por meio de arranjos societários onde esse parceiro vai conseguir usufruir de benefícios de encargos setoriais, garantindo uma redução adicional do custo de energia.”

Referência. A presidente da Associação Brasileira de energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, destaca que a aposta da Casa dos Ventos no mercado livre e de autoprodução é o próximo grande passo do setor eólico no Brasil. “Esse é um mercado com grande potencial de crescimento no País daqui para frente”, diz Elbia, que vê Mario Araripe como uma grande visionário no setor. Com os conselhos do amigo de faculdade Odilon Camargo, autor do Atlas Eólico do Brasil, ele marcou território e saiu na frente num negócio que poucos apostavam no Brasil. Em 12 anos, desde que começou a estudar sobre o assunto, o empresário transformou a Casa dos Ventos numa referência para o setor eólico.

Além de desenvolvedora, área que deu início aos negócios, a empresa montou em 2013 uma estrutura de engenharia para construir os próprios parques e depois vendê-los. Com investimentos de R\$ 6,5 bilhões, levantou cinco complexos eólicos de 1,1 mil MW. Todos já foram vendidos no mercado: 390 MW para a Cubico (Santander e fundos canadenses); 345 MW para a Echoenergia (do fundo britânico Actis); e 360 MW (Votorantim e o fundo canadense CPPIB). “Com essas vendas nos preparamos para o novo ciclo de crescimento”, diz Lucas. No mercado, fontes afirmam que a Casa dos Ventos arrecadou algo em torno de R\$ 1,5 bilhão com as vendas – dinheiro que deverá ser reinvestido em novas frentes no setor eólico e, agora, também no solar. Um dos planos da Casa dos Ventos é tornar seus complexos eólicos parques híbridos, com a inserção da geração solar e da armazenagem de energia, diz Lucas. A empresa já tem um portfólio com 4,7 mil MW em projetos mapeados no País inteiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/11/2018****Seção: Economia****Autor: Daniela Amorim / RIO****Título: Mudanças no Repetro podem 'inflar' investimentos**

Nova regra deve acabar com manobra de petroleiras de registrar plataformas em suas subsidiárias no exterior

Uma alteração nos incentivos tributários ao setor de petróleo e gás pode inflar o cálculo dos investimentos no Produto Interno Bruto (PIB, soma do valor de todos os bens e serviços produzidos na economia). A tendência é que a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB) tenha forte alta neste ano, mas uma parte desse avanço se deverá a aportes feitos no passado. Essa distorção poderá aparecer com força nos dados do PIB do terceiro trimestre, que serão divulgados no próximo dia 30. Conforme o Indicador Ipea Mensal de FBCF, calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os investimentos cresceram 9,6% no terceiro trimestre.

A alta estimada pelo Ipea é puxada por um crescimento de 27,7% em um dos componentes dos investimentos, chamado de “consumo aparente de máquinas e equipamentos”. Esse forte crescimento na compra de bens de capital inclui um salto extraordinário de 104,5% na importação de máquinas e equipamentos no período. Grande parte disso é efeito das mudanças no Repetro, o regime fiscal e aduaneiro de incentivos à indústria petrolífera. Criado em 1999, o Repetro desonerava a importação de equipamentos, desde que não fossem incorporados ao estoque de capital do País.

A restrição deu origem a uma manobra das petroleiras, para aproveitar o benefício fiscal: as plataformas fabricadas no Brasil eram vendidas a subsidiárias no exterior, que as alugavam para a companhia brasileira. Essa manobra garantia às petroleiras um benefício fiscal, mas, nas estatísticas do PIB, subdimensionava os investimentos. Afinal, uma atividade que era registrada como exportação, na verdade, tinha efeitos na economia real brasileira. Só que, em março, a Receita Federal mudou as regras do Repetro, desonerando também os equipamentos com permanência definitiva no País.

Assim, as petroleiras não precisam mais daquela manobra com a subsidiária no exterior para conseguir o benefício fiscal. Ao mesmo tempo, as empresas que tinham feito a manobra no passado passaram a desfazer o esquema, transferindo os equipamentos de suas subsidiárias no exterior para as sedes no Brasil. Essas transferências estão sendo registradas agora como importações.

Nas estimativas do Ipea, se esse efeito fosse retirado, os investimentos teriam avançado 3,2% no terceiro trimestre, em vez dos 9,6% estimados pelo Indicador Ipea Mensal de FBCF. Para o cálculo do PIB como um todo, o efeito tende a ser nulo, segundo José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea. “Em termos de PIB, não há alteração. O que terá alteração é nos investimentos e nas importações, que serão maiores”, explicou o especialista.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/11/2018

Seção: Opinião

Autor:

Título: RenovaBio: um compromisso brasileiro com o futuro

Com uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, na qual a participação de fontes de energias renováveis é de 43% — para efeito de comparação, nos 36 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a média é de 10% —, o Brasil sempre esteve na dianteira quando se trata de investimentos em biocombustíveis. Na década de 70, o país lançou o Programa Nacional do Álcool (ProÁlcool). Em 2003, com o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), incentivou a produção de biodiesel, tornando obrigatória a sua mistura ao óleo diesel. Ambas as estratégias se revelaram acertadas: hoje a participação de biocombustíveis na matriz energética brasileira é da ordem de 26%.

Com a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), o país tem a oportunidade de descabornizar ainda mais o setor de energia e investir no desenvolvimento sustentável, aproveitando as potencialidades regionais. Proposto pela Lei nº 13.579, o RenovaBio entrou em vigor em 2017 e foi regulamentado por meio de decreto em março deste ano. Agora, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) está finalizando a resolução que definirá exigências e critérios para certificação de emissores primários e a calculadora da intensidade de carbono na produção de biocombustíveis, a RenovaCalc.

Essa é uma etapa fundamental do processo. O RenovaBio é um instrumento moderno, que utiliza mecanismos de mercado para premiar a eficiência energética e ambiental: os produtores de biocombustíveis poderão emitir títulos (os Créditos de Descarbonização, ou CBios), que serão comprados pelas distribuidoras e também negociados na bolsa de valores.

Todavia, para ultrapassar os limites de uma política setorial e atrair, de fato, o

interesse do mercado, a metodologia de cálculo e o processo de certificação precisam de credibilidade. É necessário assegurar que cada quilo de carbono registrado no certificado realmente deixou de ir para a atmosfera. Para garantir a eficiência desse instrumento, é importante que sejam respeitados os processos de cultivo, extração e processamento de cada matéria-prima e, mais do que isso, de cada produtor, visto que a diferença de localidade, as formas de cultivos, manejos do uso do solo e os métodos de extração podem influenciar expressivamente nas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Estudos vêm sendo feitos para que a RenovaCalc considere as diferentes rotas de produção de biodiesel — as fontes energéticas são muitas, como cana-de-açúcar, soja, serragem, capim-elefante, óleo de palma. Muitas dessas alternativas contam com regulamentação específica: é o caso da palma, uma das oleaginosas de maior rendimento do mundo, que chega a produzir uma média anual de 25 toneladas de cachos de frutos frescos por hectare (contra 2,8 toneladas da soja, o cultivo mais utilizado para a produção de biodiesel no Brasil). Sua produção é regida pelo Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo, que define a implementação sustentável do cultivo, garantindo o mínimo impacto ambiental. Essas variáveis precisam ser contempladas durante o processo de certificação.

Os biocombustíveis desempenham papel estratégico para a segurança energética e também para diminuir a exposição do país aos riscos da geopolítica do petróleo. O RenovaBio surgiu com o objetivo de aumentar a produção de biocombustíveis para que o país cumpra os compromissos de redução de GEE assumidos no Acordo de Paris, mas também com um propósito maior, que se sobrepõe aos acordos internacionais e envolve nossas perspectivas de um futuro sustentável, ecológica e economicamente. Os próximos passos do RenovaBio podem transformá-lo em uma iniciativa robusta, bem-estruturada, capaz de comprovar que mecanismos de mercado bem articulados são um caminho promissor para a evolução das políticas públicas na área ambiental.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/11/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Cemig no azul I

A Cemig teve mais um trimestre de bons resultados operacionais e cortes de custos, compensados parcialmente pelo déficit de geração das hidrelétricas

(GSF, na sigla em inglês) e pelos efeitos da variação cambial sobre a dívida captada no exterior. A companhia teve lucro líquido de R\$ 95,3 milhões no terceiro trimestre, ante o prejuízo de R\$ 83,6 milhões obtido um ano antes. A receita líquida subiu 17,5%, para R\$ 6 bilhões. O lucro foi afetado pela despesa de R\$ 225,9 milhões referente aos efeitos das variações cambiais sobre a dívida captada no exterior, parcialmente compensados pelos efeitos dos ganhos decorrente da operação de hedge relacionada ao empréstimo, no montante de R\$ 142,4 milhões.

Cemig no azul II

A exposição da Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) ao risco hidrológico gerou uma compra de R\$ 85,5 milhões de energia no mercado à vista, ante a venda de R\$ 7,5 milhões no mesmo período do ano passado. Considerando a holding, contudo, houve ganho de R\$ 29,2 milhões com venda de energia na CCEE, contra a receita de R\$ 111,3 milhões obtida um ano antes, por causa da estratégia de sazonalização de contratos da companhia. Em distribuição, o resultado foi positivo, com melhora nos indicadores operacionais e crescimento de 0,99% nas vendas totais de energia, para 14.184 gigawatts-hora (GWh).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Mineradoras criam plano para investir em start ups

Doze das maiores mineradoras com operações no Brasil farão um investimento inédito para tentar encontrar soluções para desafios do setor. Serão R\$ 5,8 milhões em um projeto que pretende financiar start ups que inovem nas áreas de segurança e saúde ocupacional, gestão da água, fontes de energia alternativa; eficiência operacional e gestão de resíduos.

Para Gustavo Henrique Roque, gerente de gestão e inovação da mineradora Ferrous, essa proximidade no trabalho diário dará agilidade ao desenvolvimento dos projetos. "Podem aparecer soluções que a gente nunca imaginou", disse ao **Valor**.

A Ferrous é uma das mineradoras que participam do projeto, além de proponente da iniciativa. As outras participantes são Anglo American, AngloGold Ashanti, ArcelorMittal, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Gerdau, Kinross, Nexa, Samarco, Usiminas e Vale.

Cada uma delas vai bancar com R\$ 100 mil uma start up por períodos de três a quatro meses. Ao todo serão até 42 iniciantes em 2019. Os projetos que se mostrarem viáveis e que suscitem interesse poderão ser contratados pelas mineradoras. O edital com regras para a seleção será divulgado do dia 27.

As selecionadas vão trabalhar numa unidade da We Work - especializada em coworking - que será inaugurada em dezembro em Belo Horizonte. Essa nova unidade ocupará seis andares de um edifício na região da Savassi, área nobre da capital mineira. Em janeiro, começa a funcionar em um dos andares, o espaço batizado de Hub da Mineração. É lá que estarão os empreendedores das start ups ao lado de representantes das mineradoras e de empresas fornecedoras.

"A expectativa é que cerca de 300 start ups se apresentem para tentar participar do Hub da Mineração", diz Bruno Scolari, responsável pelo We Work Lab em Belo Horizonte. O We Work Lab é o braço da We Work que busca conectar start ups com grandes companhias.

É a primeira vez que grandes empresas do setor se unem entorno de uma iniciativa desse tipo é também a primeira vez que a We Work terá em seus espaços um setor econômico reunido com start ups nos moldes do que está sendo projetado para Minas Gerais. Ao lado do Pará, Minas é o maior polo de mineração do país.

Mineradoras e seus fornecedores investem há muito tempo em seu corpo próprio de funcionários com vistas a desenvolver melhorias de processo e produção. Mas para Wendel Gomes da Silva, gerente geral da mineração da Gerdau, a nova parceria vai ampliar o portfólio de soluções.

"Buscamos start ups que tragam novas ideias e soluções inovadoras e disruptivas para nossos negócios, como parte da estratégia de inovação e da transformação digital que está em curso na Gerdau", disse. "Estamos atentos a todos os potenciais parceiros que possam contribuir com nossos desafios."

A We Work foi fundada em 2010 em Nova York e está presente em 23 países. Seu faturamento neste ano deverá ser de US\$ 2,3 bilhões. A empresa chegou ao Brasil em 2017 e tem onze unidades, em São Paulo e no Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires | De São Paulo

Título: TPI muda visão sobre Tijoá após melhora da concessão

A melhora do resultado da concessionária de energia Tijoá alterou a avaliação da controladora Triunfo Participações e Investimentos (TPI) sobre o ativo, que está à venda, disse o presidente da TPI, Carlo Bottarelli.

"Mexeu nesse conceito. Está no processo de avaliação. Não tem nenhuma decisão tomada e nenhuma proposta vinculante", afirmou ele em teleconferência com analistas de mercado sobre o resultado do terceiro trimestre.

Tijoá é a concessionária responsável pela administração da usina hidrelétrica de Três Irmãos, a maior do rio Tietê. No trimestre, Tijoá passou a ser beneficiada pela resolução normativa nº 818, de 2018, que dispõe sobre a revisão da receita anual de geração das usinas enquadradas no regime de cotas de garantia física e potência.

Como resultado, a receita líquida da TPI no segmento de energia no trimestre cresceu 90%, para R\$ 25,1 milhões, e 31,6% nos primeiros nove meses, para R\$ 58,6 milhões.

Recentemente, a TPI abriu negociações com ao menos duas empresas para a venda de sua fatia de 50,1% em Tijoá. Conforme o **Valor** adiantou em outubro, as chinesas State Power Investment Corporation (SPIC) Pacif Hydro e Zhejiang Energy Group avaliam o ativo.

A concessionária continua à venda. Mas, agora, se o mercado não estiver disposto a pagar o que a empresa acha que vale, não haverá negócio. A TPI tenta vender a companhia há mais de um ano. Furnas, controlada da Eletrobras, é dona dos 49,9% restantes de Tijoá.

A hidrelétrica fica no município de Andradina (SP) e tem cinco unidades geradoras, com capacidade instalada de 807,5 megawatts (MW) e energia assegurada de 217,5 MW.

Questionado sobre quais devem ser as próximas revisões tarifárias em rodovias, Bottarelli disse que os pleitos devem ocorrer para a Econorte, que administra três rodovias estaduais (PR-323, PR-445 e PR-090) e duas federais (BR-369 e BR-153) ao longo de 341 quilômetros, e Concer, concessionária de 180 quilômetros do trecho da BR-040 entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro.

Para a Econorte o pleito será de 10,5%. "Na Concer estamos indo buscar pelo menos a inflação", disse ele. A TPI também deverá pedir a recomposição da inflação para a Transbrasiliana, concessionária do grupo responsável pela administração de mais de 321,6 quilômetros da BR-153.

Na semana passada, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou nova tarifa nas quatro praças de pedágio da Transbrasiliana como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato após a inclusão de duplicações não previstas originalmente na concessão.

"A Transbrasiliana ainda carece da reposição da inflação no ano de 2018", disse Bottarelli. **(Colaborou Maria Luíza Filgueiras)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/11/2018

Seção: Finanças

Autor: José de Castro | De São Paulo

Título: Economia global está perto de fim deste ciclo, diz BlackRock

O tombo do petróleo no último um mês e meio deve ajudar a economia global ao invés de atrapalhar e, assim, não deverá pressionar Wall Street. A avaliação é de Axel Christensen, estrategista de investimentos da BlackRock, maior gestora global de recursos, com US\$ 6,3 trilhões em ativos sob seu guarda-chuva.

Segundo Christensen, a queda do petróleo está mais relacionada a ajustes do lado da oferta e não exatamente de demanda. Portanto, não seria um indicador antecedente de uma piora econômica nos próximos meses. Ainda assim, ele reconhece que este ciclo econômico global parece cada vez mais próximo de seu estágio final, com aumento de divergências entre indicadores nas principais economias.

Veja os principais trechos da entrevista concedida ao **Valor**:

Valor: *Estamos neste momento numa virada para baixo da economia mundial?*

Axel Christensen: A partir de agora, parece claro que o caminho é descendente. Temos que considerar que estamos num estágio muito avançado deste ciclo econômico. E, à medida que nos aproximamos do fim, veremos mais um quadro misto, com alguns dados vindo melhores, outros piores. O PIB alemão é um claro exemplo disso. A questão é se esse ciclo econômico vai se ampliar. É uma pergunta difícil de responder, e a resposta não seria a mesma para todas as regiões. Para os Estados Unidos, por exemplo, acredito que ainda haja espaço para um ciclo mais longo, amparado por investimentos corporativos. Já na Europa temos balanços mais fracos, incerteza política e um impulso econômico em enfraquecimento. Como um todo, acredito que a economia global continuará crescendo, mas os desafios serão cada vez maiores a partir daqui.

Valor: *O petróleo está em sua mais longa série de baixas já registrada. Isso ajudará ou atrapalhará a atividade global?*

Christensen: Vejo mais como um elemento a ajudar. De forma geral, olhamos com certo ceticismo a ideia de que o petróleo é um termômetro da saúde da economia. Há muitos componentes que influenciam os preços. De um lado, tem a questão da oferta, que é um tema muito ligado à geopolítica e dependente das decisões da Opep. Já a demanda é sim um elemento mais associado ao ritmo da economia mundial. Temos que lembrar que os preços de energia compõem parte importante de índices de inflação, então é natural esperar que a queda recente do barril ajude a reduzir as leituras de preços. Isso significa mais renda disponível e tira pressão do Federal Reserve (Fed, BC americano) para altas mais aceleradas de juros.

Valor: *O que a queda de mais de 26% do petróleo desde o pico de outubro significa para Wall Street?*

Christensen: Nos nossos cálculos, considerando o equilíbrio de demanda e oferta, um nível justo para o petróleo [WTI] é cerca de US\$ 60 o barril. Em outubro, chegou a US\$ 76, mas por causa do entendimento de que haveria menor oferta. Ou seja, o petróleo voltou a patamares mais condizentes com os fundamentos. E mais importante: não está nem tão alto que gere inflação, nem tão baixo que prejudique sobremaneira a lucratividade das empresas.

Valor: *Devemos esperar um ajuste na linguagem de política monetária do Fed por causa da queda do petróleo?*

Christensen: A possibilidade de o mercado ajustar expectativas para o Fed por causa da queda forte do petróleo não significa que o banco central necessariamente fará esse ajuste. O Fed não costuma reagir a eventos de curto prazo. Em termos de política monetária, o banco central está mais atento às tendências gerais de inflação, desemprego e aos movimentos do hiato do produto, entre outros fatores. O fato é que esse hiato já está perto de zero. E isso dá respaldo ao cenário de novas altas de juros.

Valor: *A guerra comercial entre EUA e China ainda terá piores efeitos sobre a economia mundial?*

Christensen: A máxima de que "não há vencedores nunca numa guerra comercial" pode estar sendo usada à exaustão, mas segue verdadeira. É isso que preocupa mais. O risco mais direto vem do aumento da inflação. Por ora, sem novas medidas, os impactos sobre os preços podem ser mais contidos. Mas existe um elemento que já está prejudicado, que é a confiança. E temo que esse maior grau de incerteza tenha vindo para ficar. As empresas podem adiar

investimentos. E esse é o efeito mais preocupante da guerra comercial, porque não tem características de curto prazo. Mesmo com um possível acordo, algum estrago já está feito.

Valor: *A China está mais vulnerável à guerra comercial?*

Christensen: Eu diria que há um conjunto de fatores que torna maior o desafio à China. A própria guerra comercial, impactos sobre inflação, investimentos externos... Mas acredito que o país está hoje mais robusto para enfrentar essa situação do que dez anos atrás. A mudança de modelo econômico tende a deixar a nação menos dependente do comércio exterior, o que é algo positivo no atual momento de embate tarifário. Os esforços para impulsionar a economia interna geram efeitos colaterais, mas são bem-vindos. Acho que a preocupação com a China se deve muito também ao tamanho que a economia alcançou e menos às mudanças em curso por lá. No fim, a economia chinesa está ficando mais competitiva em relação aos EUA.

Valor: *O que esperar para os emergentes no atual contexto?*

Christensen: Cada vez mais estamos seletivos em relação a emergentes. Analisando menos o bloco e mais histórias separadas. Mas, se formos olhar as questões comuns, o cenário é mais desafiador, à medida que o Fed continua a subir juros nos EUA. Alguns emergentes precisam interromper processos de alívio monetário. Então você tem menos espaço para estímulos. Tudo é uma questão de identificar os mais expostos aos atuais riscos à economia global e os menos suscetíveis à piora das condições.

Valor: *Em qual lado do grupo emergente o Brasil está?*

Christensen: A evolução recente dos ativos financeiros no Brasil indica que os mercados estão dando o benefício da dúvida para a nova administração. Mas não vai demorar, talvez questão de poucos meses, até que sejam cobradas ações efetivas. Os desafios são enormes, sobretudo do lado fiscal, e com uma economia que ainda luta para deixar de vez a brutal recessão dos anos anteriores. Mas a inflação controlada e alguns equilíbrios macro ajudam. O que dá para dizer é que o Brasil está caminhando para um bom ponto de virada. Mas ainda há muito a se confirmar.

MME / ASCOM .